

Morada Nova/CE, 07 de maio de 2025.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

MENSAGEM AO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 013 /2025.

Senhores Vereadores,

Respeitosamente, encaminho para a elevada apreciação de V. Exas., PROJETO DE INDICAÇÃO que dispõe sobre a elaboração de Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal com o objetivo de **dispor sobre a concessão de vale-alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências.**


Destaca-se a justificativa que acompanha este Projeto de Indicação evidenciando os motivos e finalidades pertinentes, bem como tendo em vista a importância do tema principalmente para o incentivo ao trabalho de qualidade dos servidores públicos municipais.

Diante dos motivos aqui apresentados, esperamos sensibilizar Vossas Excelências no sentido de que votem favorável a esse Projeto de Indicação.

Atenciosamente,

Vereador autor:


José Cleidiomar de Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA - CE.
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Nº 181 0705 2025

Responsável pelo Protocolo

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 013 /2025, DE 07 DE MAIO DE 2025.

OBJETO: Dispor sobre a concessão de vale-alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O vereador, José Cleidiomar de Souza, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Morada Nova, **INDICA** a Chefe do Poder Executivo que seja enviada a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei:

(MINUTA DO PROJETO DE LEI)

PROJETO DE LEI Nº ____/____, DE ____ DE _____ DE ____.

OBJETO: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Morada Nova/CE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

Art.1º. Fica instituído no âmbito do município de Morada Nova, o benefício do vale alimentação aos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional, incluindo os ocupantes de cargos efetivos, temporários e comissionados, estendendo-se também aos conselheiros tutelares.

§1º. O benefício que trata o *caput* será concedido exclusivamente aos servidores que percebam remuneração mensal igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo nacional vigente.

§2º. Para fins do disposto nesta Lei, os períodos de férias, a compensação de horário, a licença gestante e as ausências justificadas, serão considerados como efetivo período trabalhado.

§3º. Para efeitos desta lei, os dias declarados ponto facultativos serão considerados como efetivo período trabalhado.

Art.2º. O vale-alimentação tem por finalidade proporcionar melhores condições nutricionais ao servidor, visando à melhoria da qualidade de vida e ao desempenho das funções públicas.

Art.3º. O valor do vale-alimentação será de R\$ 20,00 (vinte reais), por dia efetivamente trabalhado.

Art.4º. O vale-alimentação será pago em forma de cartão magnético, eletrônico ou outro meio equivalente, destinado exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios.

Art. 5º. O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 6º. Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei os servidores municipais:

I – inativos;

II – pensionistas;

III – em cargos eletivos;

IV – que estiverem em disponibilidade remunerada;

V – que estiverem em gozo de licenças não remuneradas, por qualquer período do mês;

VI – que estiverem em gozo de licenças remuneradas;

VII – licenciados ou afastados do exercício do cargo, por qualquer período do mês, inclusive nas hipóteses em que a Lei indicar o afastamento como de efetivo exercício do serviço público, ressalvadas as disposições do §4º do artigo 1º desta Lei;

VIII – os servidores que se encontrarem em viagem a serviço da Administração e que estejam recebendo diárias;

IX – estiverem afastados de suas atividades em razão de: auxílio-doença, atestados médicos, odontológicos ou similares, em período igual ou superior a 01 (um) dia, exceto aquele decorrente de acidente de trabalho.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º. No que couber, a presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros imediatos, a partir desta data.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE MORADA NOVA/CE, EM ____ DE _____ DE ____.

PREFEITA

Vereador autor:


José Cleidiomar de Souza

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE INDICAÇÃO

Incluso, encaminho à apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Indicação com o objetivo de dispor sobre a concessão de vale-alimentação aos servidores públicos do município de Morada Nova.

O presente Projeto de Indicação tem por objetivo o reconhecimento e o incentivo ao servidor, proporcionando melhores condições nutricionais, visando à melhoria da qualidade de vida e ao desempenho das funções públicas, instituindo, no âmbito do Município de Morada Nova, o vale-alimentação no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), por dia efetivamente trabalhado, destinado aos servidores que percebem remuneração mensal igual ou inferior a um salário mínimo nacional.

A iniciativa visa promover a valorização do servidor público, especialmente daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, enfrentando dificuldades para garantir uma alimentação adequada a si e a suas famílias. Trata-se de uma medida que reconhece a importância do servidor como peça fundamental para o funcionamento da administração pública e busca melhorar suas condições de vida e de trabalho.

A concessão do vale-alimentação abrange servidores efetivos, temporários e ocupantes de cargos comissionados, estendendo-se também aos conselheiros tutelares, desde que se enquadrem no limite de renda estabelecido. Esta ampliação do alcance do benefício demonstra o compromisso da gestão municipal com a inclusão, a equidade e a justiça social, assegurando que todos os trabalhadores, independentemente do vínculo, tenham acesso a um auxílio básico e essencial.

Importante destacar que o benefício não possui natureza salarial, sendo pago exclusivamente para custeio de despesas com alimentação, o que respeita os princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, além de não impactar a base de cálculo de encargos trabalhistas ou previdenciários.

Além disso, o valor proposto está dentro dos parâmetros praticados e compatível com a realidade orçamentária de Morada Nova. A implementação deste auxílio representará um avanço concreto nas políticas de valorização dos servidores e de combate à insegurança alimentar.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposição, que certamente contribuirá para o bem-estar do funcionalismo público e o fortalecimento da administração municipal.

Assim, contando com a apreciação e consequente aprovação do presente Projeto de Indicação, aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Câmara Municipal de Morada Nova/CE, aos 07 de maio de 2025.

Vereador autor:


José Cleidiomar de Souza